



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2024

### 1 - PREÂMBULO.

**1.1** - O Município de Quissamã, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, com **AMPLA PARTICIPAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, adjudicação **GLOBAL**, sob o regime de **EXECUÇÃO INDIRETA de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/06, Decretos Municipais nº 3841/2024; 3842/2024; 3845/2024; 3846/2024 e suas alterações.

**1.2** - Data da sessão: **05/12/2024**.

**1.3** - Horário: horas (Horário de Brasília): **09 hs**.

**1.4** - Local: Portal de Compras Públicas: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

### 2 - DO OBJETO.

**2.1** - O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa para realizar os serviços de Reforma da Quadra de Esportes anexa à Escola Municipal Delfica de Carvalho Vagner, Situada na Localidade de Barra do Furado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2.2** - No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Portal de Compras Públicas, prevalecerá a descrita neste edital.

### 3 – PRAZO.

**3.1** - . O prazo de vigência da contratação é de 270 (duzentos e setenta) dias, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e aceito pela fiscalização, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

**3.1.1** - A contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no art. 183 da Lei nº 14.133/2021.

**3.1.2** - Os atos só terão eficácia após publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do art. 94 da Lei 14.133 de 2021.

**3.1.3** - O prazo de execução observará o cronograma físico e financeiro integrante ao Projeto Básico.



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

**3.1.4** - O prazo para expedição da Ordem de Início será em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato.

**3.1.5** - A expedição da Ordem de Serviço somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato resumido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e a entrega do Termo de Garantia de Cumprimento do Contrato, conforme o art. 94 da Lei 14.133/21.

**3.1.6** - O prazo de recebimento provisório e definitivo será de até 90 (noventa) dias, e está contido no prazo de vigência do contrato.

**3.1.7** - Os serviços deverão ter garantia de 5 (cinco) anos, conforme art. 618 do código civil de 2002, a partir do recebimento definitivo do objeto, na forma definida no Projeto Básico.

#### **4 - PREÇO ESTIMADO.**

**4.1** - O preço total estimado da presente licitação é R\$ 418.428,75 (Quatrocentos e dezoito mil, quatrocentos e vinte oito reais e setenta e cinco centavos), conforme Modelo de Proposta de Preços – ANEXO II deste Edital.

**4.2** - O valor descrito acima constitui mera estimativa, não se obrigando o Município de Quissamã a utilizá-lo integralmente.

#### **5 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

**5.1** - As despesas oriundas deste Edital correrão por conta dos recursos orçamentários, conforme abaixo:

**5.1.1** - Programa de trabalho nº.: 33.001.001.12.365.0082.2099

**5.1.2** - Elemento de Despesa nº.: 3390.39

**5.1.3** - Código Reduzido nº.: 1880

**5.1.4** - Fonte de Recurso nº.: 157301

#### **6. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS.**

**6.1** - As propostas devem indicar o preço global, em moeda nacional. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

vencedor.

## **7. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO.**

**7.1.1-** Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao provedor do sistema <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

**7.1.2-** Para participação na Concorrência Eletrônica, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

**7.1.3-** A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar inicialmente o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo à Concorrência Eletrônica e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens que cotar.

**7.1.4-** A licitante responde integralmente por todos os atos praticados na Concorrência Eletrônica por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

**7.1.5-** Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Concorrência Eletrônica.

**7.1.6-** O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

**7.1.7-** Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

**7.1.8-** Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

**7.1.9-** Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

(a) as empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será



responsável principal, perante a Secretaria Municipal de Educação pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea (d). Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

(b) apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico–financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico–financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico–financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e solvência, para fins de qualificação econômico–financeira;

(c) as empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

(d) as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

(e) o consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

**7.1.10-** As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da Secretaria Municipal de Educação, para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

**7.1.11-** A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Educação e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico–financeira apresentados à ocasião do certame.

**7.1.12-** Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Projeto Básico.

**7.1.13-** Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica,



comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**7.1.14-** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.1.15-** As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

**7.1.16-** A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

**7.1.17-** O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

## **8. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).**

**8.1.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**8.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração do Município de Quissamã, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**8.3.** A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.



## **9. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME.**

**9.1.** Não poderão participar desta licitação, pessoas físicas ou jurídicas:

**9.1.1.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**9.1.1.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**9.1.2.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**9.1.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**9.1.3.1.** O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**9.1.4.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**9.1.5.** Sociedades empresárias que estiverem em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial;

**9.1.6.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

**9.1.7.** Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.



## **10. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELOS LICITANTES.**

**10.1.** Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**10.1.1.** A etapa de que trata o subitem 10.1 será encerrada com abertura da sessão pública.

**10.1.2.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf.

**10.2.** O envio da proposta, nos termos do disposto no item 10.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**10.3.** No momento de inserção da proposta, a licitante deverá registrar correlatamente as seguintes situações:

**10.3.1.** Que está ciente das condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

**10.3.2.** De que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**10.3.3.** Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos;

**10.3.4 .** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal;

**10.3.5.** Que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente

**10.3.6.** Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, caso esteja enquadrada na condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), que ostenta os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

**10.4.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas no edital.



**10.5.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**10.6.** Na etapa de apresentação da proposta, observado o disposto no subitem 10.1, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o item 15 do edital.

**10.7.** A proposta deverá ser inserida no Sistema no momento do registro dos valores, no campo próprio, e a licitante deverá consignar de forma expressa:

**10.7.1.** Que compreende a descrição dos produtos/obras ou serviços de engenharia ofertados, os preços unitários e totais dos itens para os quais pretende oferecer proposta, de acordo com o **Modelo de Proposta de Preços ANEXO II deste edital;**

**10.7.2.** Que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos;

**10.7.3.** O prazo de fornecimento/prestação dos produtos/obras ou serviços de engenharia, contados do recebimento da solicitação do Município de Quissamã;

**10.7.4.** O prazo de validade da proposta comercial, que será de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.

**10.8.** Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse do Município de Quissamã, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

**10.9.** A licitante que apresentar proposta incompatível com as especificações editalícias será desclassificada e não participará da etapa de lances.

**10.10.** Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da etapa de lances, importa a desclassificação de sua proposta.

**10.11.** A Comissão de Contratação/Agente de Contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

**10.12.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.11, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.





**10.13.** No preço proposto serão computadas todas as despesas para a realização dos serviços, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

**10.14.** Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todo o objeto contratado.

**10.15.** A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pela Comissão de Contratação/Agente de Contratação.

**10.16.** A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.

**10.17.** A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

## **11. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.**

**11.1.** A abertura da sessão pública desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, conduzida pelo Agente de Contratação/Comissão de Contratação, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**11.2.** A comunicação entre a Comissão/Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat).

**11.3.** Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.



## 12. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS.

**12.1.** Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do menor preço global, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances da concorrência eletrônica, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) na estimativa orçamentária **(Anexo II – Proposta de Preços)**.

**12.2.** Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa competitiva da concorrência eletrônica, tenha apresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) **na proposta de preços (Anexo II)**.

**12.3.** Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.

**12.4.** Apenas após a classificação das propostas, as licitantes que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderão manifestar esta condição, sendo proibido, sob pena de exclusão deste procedimento, identificarem-se como tal antes do momento determinado neste subitem.

**12.5.** Serão consideradas em situação de empate as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela considerada mais bem classificada.

**12.6.** Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela até então considerada a melhor oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;
- b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta;
- c) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente proposta de preço inferior, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, para o exercício de igual direito;
- d) No caso de equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, será convocada primeiro para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance



recebido e registrado em primeiro lugar.

**12.7.** Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ter sua proposta considerada a mais bem classificada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada do certame.

**12.8.** Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ter sua proposta considerada a mais bem classificada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada do certame.

**12.9.** Somente haverá aplicação do disposto nos itens acima quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**12.10.** Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, após a observância do direito de preferência disposto no item 12.2 ou inexistindo proposta de microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance fechado.

**12.11.** Na hipótese de o disposto no item 12.3 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**12.12.** Após o encerramento das etapas anteriores, Comissão de Contratação/Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

**12.13.** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**12.14.** O Agente de Contratação/Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

**12.15.** Somente as licitantes com propostas aceitas participarão da fase de lances.

**12.16.** Como critério de julgamento das propostas, será adotado o MENOR PREÇO GLOBAL.

**12.17.** Como critério de aceitabilidade de preços das propostas serão adotados os preços unitários estimados, ou seja, após a fase de lances não serão aceitas propostas cujo(s) preço(s) unitário(s)



seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) na **planilha orçamentária – ANEXO III deste edital.**

**12.18.** Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional e os VALORES UNITÁRIO E TOTAL do(s) item(ns) deverá(ão) conter até 02 (duas) casas decimais. Caso a licitante não atenda esta condição, a Comissão/Agente de Contratação desconsiderará os dígitos excedentes após a fase de lances.

**12.19.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**12.20.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**12.22.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

### **13. FORMULAÇÃO DE LANCES.**

**13.1.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para os itens que pretende participar, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**13.2.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

**13.3.** A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**13.3.1.** A licitante poderá, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, desde que inferiores ao último lance dado pela própria licitante.

**13.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$



500,00 (Quinhentos reais).

**13.5.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

**13.6.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**13.7.** Durante a fase de lances, o Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

**13.7.1.** Considerar-se-á inexequível na fase de lances os valores aparentemente irrisórios ou com erros de digitação.

**13.8.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**13.9.** Será adotado para envio de lances na Concorrência Eletrônica o modo disputa “ aberto ”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**13.9.1.** A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**13.9.2.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 13.9, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**13.9.3.** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 13.9 e 13.9.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**13.9.4.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será admitido o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

**13.9.5.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto nos subitens 13.9 e 13.9.1, a Comissão/Agente de Contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.



**13.10.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior ao preço da melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

**13.10.1.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto;

**13.10.2.** Não tendo apresentado oferta inferior ao menor valor da etapa de lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**13.10.3.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada, cumpridos os demais requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

#### **14. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.**

**14.1.** A Comissão/Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**14.1.1.** Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;
- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;



h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados;

i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Projeto Básico.

**14.2.** A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

**14.3.** Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado neste edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

**14.4.** Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme o § 4º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**14.5.** Após a análise das propostas de preço será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada da Comissão/Agente de Contratação.

**14.6.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**14.6.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**14.6.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos no artigo 60, II, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**14.6.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**14.6.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**14.7.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**14.7.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;





**14.7.2.** Empresas brasileiras;

**14.7.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**14.7.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## **15. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS.**

**15.1.** Após o encerramento da etapa de lances, a Comissão/Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

**15.2.** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

**15.3.** A Comissão/Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço com o valor estimado para a contratação.

**15.4.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**15.5.** A Comissão/Agente de Contratação poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Quissamã para orientar sua decisão.

**15.6.** A Comissão/Agente de Contratação poderá contar com o apoio técnico para conferir a compatibilidade da proposta apresentada pela licitante quanto às especificações constantes no Projeto Básico.

**15.6.1.** As propostas das empresas melhores colocadas para os itens, após a fase de lances, serão analisadas pelo solicitante ou equipe técnicas presentes no momento da aceitação das mesmas. Caso não seja possível a análise das propostas durante o certame, o mesmo será suspenso até que seja avaliado todo o descritivo, pelo solicitante ou equipe técnica por ele designado.

**15.7.** Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, a Comissão/Agente de Contratação solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

**15.8.** Se a proposta não for aceitável, a Comissão/Agente de Contratação examinará a proposta





subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**15.9.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

**15.10.** Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

**15.11.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**15.12.** A negociação será conduzida pela Comissão/Agente de Contratação, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**15.13.** Após solicitação da Comissão/Agente de Contratação no sistema, o licitante terá o prazo de 02 (duas) horas, para envio de proposta realinhada, exclusivamente por meio do sistema, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 15 do edital.

## **16. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO.**

**16.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, a Comissão/Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura participação, mediante consulta ao:

**16.1.1.** Sicaf (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/consultass>), a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 14, V, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

**16.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

**16.1.3.** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.

**16.1.4.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no endereço eletrônico <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>;



**16.2.** Efetuada a verificação referente ao item acima, a habilitação das licitantes será consultada por meio do SICAF, com base nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação especificada neste edital.

**16.3.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, desde que sejam complementação de informações acerca de documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou sejam atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, quando solicitado, deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável uma única vez por igual período, desde que solicitado pelo licitante, contado da convocação efetuada no sistema.

**16.4.** Excepcionalmente, quando necessário, à confirmação da veracidade dos documentos enviados eletronicamente, a Comissão/Agente de Contratação poderá solicitar o encaminhamento dos documentos em original ou cópia autenticada, a serem enviados pelo licitante no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, aos cuidados da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, informando o número da Concorrência; o endereço para envio da documentação é: Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ, CEP 28735.000.

**16.5.** A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

## **17. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

### **17.1. A documentação relativa à capacidade jurídica consistirá em:**

**17.1.1.** Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física, acompanhado do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou documento que comprove tal condição, ou;

**17.1.2.** Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

**17.1.3.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

**17.1.4.** Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício, ou;



**17.1.5.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**17.1.6.** No caso de participação de profissionais organizados em cooperativa, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**17.1.6.1.** Ata de fundação, com uso obrigatório da expressão “Cooperativa de Trabalho” na denominação social da Cooperativa;

**17.1.6.2.** Estatuto (com ata da assembleia de aprovação);

**17.1.6.3.** Regimento interno (com ata da aprovação);

**17.1.6.4.** Regimento dos fundos (com ata de aprovação);

**17.1.6.5.** Edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;

**17.1.6.6.** Registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;

**17.1.6.7.** Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;

**17.1.6.8.** Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;

**17.1.6.9.** Ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe.

**17.1.6.10.** Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

**17.1.6.10.1.** Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados;



ou.

**17.1.6.10.2.** Cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

**17.1.6.11.** Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no item 16 deste Edital.

**17.1.6.12.** A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto neste Edital acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis

**17.2. A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:**

**17.2.1.** Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA - Conselho de Engenharia e Agronomia ou CAU – Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, em nome da empresa participante e de seu (s) Responsável (is) Técnico (s), dentro da validade, comprovando habilitação no ramo de construção civil, em atendimento à Resolução CONFEA nº 1121/2019.

**17.2.2. Qualificação técnico-operacional:**

**17.2.2.1.** Certidões ou atestados, emitidos por entidades da Administração Pública ou pessoa jurídica de direito privado, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, limitada às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação de acordo com os quantitativos mínimos estabelecidos no **Anexo VI**, regularmente emitidas pelo conselho profissional competente.

**17.2.2.2.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados.

**17.2.2.3.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

**17.2.2.4.** A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



### **17.2.3. Qualificação técnico-profissional:**

**17.2.3.1.** Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação; limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, constantes no **Anexo VI**, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos e regularmente emitidas pelo conselho profissional competente.

**17.2.3.2.** A comprovação de que o (s) profissional (is) mencionado (s) no item 17.2.3.1. pertence (m) aos quadros da licitante dar-se-á mediante a apresentação de Contrato Social, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Ficha de Registro, contrato de prestação de serviços ou Termo de Compromisso assinado pelo profissional onde se compromete a compor o quadro da empresa licitante caso venha a ser contratada.

**17.2.4.** Indicação do pessoal técnico, das instalações e dos aparelhamentos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

**17.2.5.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

**17.2.5.1.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

**17.2.5.2.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**17.2.5.3.** O dia e horário da vistoria deverá ser agendado com a Secretaria Municipal de Obras, através dos Tel. (22) 2768-9300 – ramal 9451, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, com o Engenheiro Leonardo Sampaio de Siqueira.

**17.2.5.4.** A última visita técnica ocorrerá até o último dia útil anterior à data de realização do certame e poderá ser realizada por qualquer profissional devidamente habilitado da empresa licitante.

**17.2.5.5.** Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e



peculiaridades da contratação.

**17.2.5.6.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**17.2.6.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

**17.2.7.** Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela Administração.

**17.2.8.** O (s) atestado (s) ou certidão (ões) recebida (s) estão sujeitos à verificação da Comissão de Licitação quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 155, 169, 170 e 337-F da Lei nº 14.133/2021.

**17.2.9.** Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

**17.3.** A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

**17.3.1.** Balanços patrimoniais e demonstrações contábeis dos (dois) últimos exercícios, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do livro em que se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta

**17.3.2.** Os Balanços a que se refere o subitem anterior deverá vir acompanhado de quadro demonstrativo assinado pelo representante legal da licitante e contabilista responsável, ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do passivo não circulante (PNC) e do patrimônio líquido (PL), de modo a possibilitar a avaliação da situação financeira da proponente, calculada a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

a) Índices de Liquidez Geral



$$ILG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$$

b) Índices de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

c) Solvência Geral SG =

$$AT \ PC + PNC$$

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

PCN = Passivo não Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

SG = Solvência Geral.

**17.3.3.** Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem às seguintes condições:

**17.3.3.1.1.** Índice de Liquidez Geral  $\geq 1,00$

**17.3.3.1.2.** Índice de Liquidez Corrente  $\geq 1,00$

**17.3.3.1.3.** Solvência Geral  $\geq 1,00$

**17.3.4.** Comprovação de possuir a empresa licitante, o Capital Social Mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado e/ou ofertado da contratação, considerando como valor estimado e/ou ofertado, o somatório dos lotes/itens em que a licitante apresentar proposta, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta.

**17.3.5.** Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**17.3.6.** O acréscimo previsto no subitem anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

**17.3.7.** Certidões negativas de falência, concordata ou recuperação judicial expedidas pelos



distribuidores da sede da pessoa jurídica. As certidões serão válidas pelo prazo de 90 dias, a partir de sua expedição, até sua apresentação na data da licitação, se outro prazo não constar no documento.

**17.4. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista consistirá em:**

**17.4.1.** Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**17.4.2.** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**17.4.3 .** Prova de regularidade com a Fazenda Federal, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com os encargos sociais instituídos por lei, na forma da legalidade específica;

**17.4.4.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante.

**17.4.4.1.** A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá constar regularidade com ISS.

**17.4.5.** Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, conforme art. 68, inc. IV da Lei 14.133/2021.

**17.4.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e de acordo com a Lei Federal n.º 12.440/2011.

**17.4.6.1.** As provas de inscrição previstas nos subitens 17.4.1 e 17.4.2 poderão ser confirmadas através das apresentações das Certidões Negativas e/ou Positivas com efeitos de Negativa previstas nos subitens 17.4.3, 17.4.4 e/ou 17.4.5.

**17.5.** Quanto à forma de apresentação dos documentos de habilitação, exigir-se-á o seguinte:

**17.5.1.** Se a licitante for matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;





**17.5.2.** Se a licitante for filial, podem ser apresentados documentos que, comprovadamente e pela sua própria natureza, sejam emitidos em nome da matriz;

**17.6.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**17.6.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**17.6.1.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**17.6.2.** Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão/Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**17.7.** Será(ão) inabilitada(s) a(s) licitante(s) que deixar(em) de apresentar qualquer documento relativo à habilitação ou apresentá-lo com prazo de validade vencido.

**17.8.** Fica facultada à Administração, consultar os sites para certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados.

**17.9.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir, quando exigidos, os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

## **18. RECURSOS.**

**18.1.** Dos atos de julgamento das propostas, de habilitação ou de inabilitação e de anulação ou de revogação da licitação, caberá recurso, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**18.2.** A intenção de recorrer dos atos de julgamento, nos recursos referentes ao julgamento das propostas e ao ato de habilitação ou inabilitação de licitante, deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**18.3.** Será concedido prazo de 10 (dez) minutos, para que os licitantes manifestem sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.



**18.4.** Nos casos de anulação ou de revogação da licitação, o termo inicial para a contagem do prazo recursal é a data da intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**18.5.** A apreciação do recurso dar-se-á em fase única, apenas nos casos de habilitação/inabilitação e de julgamento das propostas.

**18.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação ao Ordenador de Despesas do órgão gestor da contratação, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**18.7.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**18.8.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de divulgação da interposição do recurso.

**18.9.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**18.10.** Os itens para os quais não for interposto recurso poderão ser desde logo adjudicados.

## **19. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

**19.1.** Declarada a vencedora (s) do certame, o resultado da licitação será submetido à Autoridade Competente do Município de Quissamã (Ordenador de Despesas) para o procedimento de adjudicação do objeto e homologação da licitação.

## **20. NOTA DE EMPENHO.**

**20.1.** Após a adjudicação e homologação da licitação, será emitida a Nota de Empenho no exercício do ano corrente.

**20.2.** Em havendo documentação vencida, o Município de Quissamã notificará a empresa vencedora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, apresente a documentação atualizada.

**20.3.** A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. O licitante vencedor terá um prazo máximo de 05 (cinco)



dias corridos para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato, a contar de sua convocação.

**20.4.** O prazo poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão gestor da contratação.

**20.5.** Caso o licitante não assine o termo de contrato ou não aceite ou não retire o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**20.6.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**20.7.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 20.5 do Edital, a Administração, observado o valor estimado, poderá:

**20.7.1.** Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**20.7.2.** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição, nos termos do art. 90 §4º, da Lei Federal 14.133/2021.

**20.8.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se exigida, em favor do órgão ou entidade licitante, salvo na hipótese do subitem 20.7.1 deste Edital.

**20.9.** Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos subitens 20.5 e 20.7 deste Edital.

**20.10.** O contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte

## **21. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**

**21.1.** Empenho global, com pagamento em parcelas, à medida que o objeto for executado,



observado ao Cronograma Físico-Financeiro, mediante crédito em conta corrente da Contratada, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo, contado da atestação da Nota Fiscal, verificado o recebimento do objeto contratual e cumprida as formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas neste Projeto Básico e a ordem cronológica prevista no artigo 141 da lei Federal 14.133/21.

**21.2.** Para o pagamento dos serviços executados, a Contratada deverá apresentar os documentos que embasam a medição, como Planilha de Medição, Memória de Cálculo, Croquis ou Projeto ilustrando a memória de cálculo quando necessário, Relatório Fotográfico e Relatório Diário de Obras do período Pleiteado. Após esta etapa, a Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal, devidamente discriminada, contendo os custos de serviços e materiais separadamente, acompanhada da documentação aprovada pela fiscalização para a devida atestação.

**21.3.** O prazo para apresentação da medição com a Nota Fiscal será de até 05 (cinco) dias úteis após a medição aprovada pela fiscalização.

**21.4.** A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, à exceção do disposto no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tolerar possíveis atrasos de pagamento.

**21.5.** Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, salvo em condições excepcionais devidamente justificadas, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

**21.6.** A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

## **22. REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO DE PREÇOS.**

**22.1.** Os preços que vierem a ser pactuados por decorrência deste objeto **serão irrealizáveis** por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, após o que, serão reajustados somente em suas parcelas remanescentes, obedecendo à variação do índice INCC correspondentes às famílias constantes da planilha orçamentária.

**22.2.** Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

**22.3.** A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do



serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

**22.4.** No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

**22.5.** Os reajustes a que a contratada fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato e até a data de aniversário do orçamento estimado ou até a data do último reajuste concedido, conforme o caso, bem como após a celebração do termo aditivo ou do encerramento do contrato, serão objeto de preclusão.

**22.6.** Em casos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual, a contratada deverá providenciar requerimento formal devidamente justificado, que será posteriormente analisado pelos setores competentes, observados o estabelecido na Lei nº 14.133/21.

**22.7.** A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**22.8.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/21.

## **23. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.**

**23.1.** Ficará a cargo da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Urbanismo e a Secretaria Municipal de Educação a fiscalização da execução de todas as fases e etapas dos serviços, disponibilizando o transporte e equipamentos necessários para os profissionais designados.

**23.1.1.** Fica nomeado como **GESTOR** deste Contrato o Sr. Fernando Marcelo de Souza – Matrícula 7724, e como **FISCAIS** o Sr. Marcelo Ferreira de Vasconcelos – Matrícula 7883, e a Sra. Tatiana Pessanha Cândido – Matrícula 2146 e por um engenheiro a ser indicado pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Urbanismo, os quais caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº 3846/2024.

**23.1.2.** Executados os serviços (em cada mês), na forma estipulada no termo de referência, será recebido provisoriamente pela Sra. Tatiana Pessanha Cândido, e serão recebidos definitivamente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos após a sua entrega da fatura mensal, após executada a conferência e verificação do teor do respectivo documento fiscal com os relatórios emitidos pela



contratada, mediante atestação da fatura mensal pelo Sr. Fernando Marcelo de Souza e Sra. Tatiana Pessanha Cândido que emitirão o Termo de Recebimento Definitivo.

**23.2.** A firma contratada deverá apresentar ART PAGA (Anotação de Responsabilidade Técnica) no 1º dia de início das obras.

**23.3.** Finalizada a obra, a CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, a conclusão dos serviços ao CONTRATANTE e solicitar o recebimento provisório da obra.

**23.4.** Para emissão do Termo de Recebimento provisório não deverá haver mais atividades, incluindo a desmobilização no canteiro de obras.

**23.5.** Após o recebimento do Termo de Recebimento Provisório, a construção será novamente inspecionada para fins de aceitação definitiva.

**23.6.** Após ser inspecionada e sanadas todas as reclamações será realizado o Recebimento Definitivo nos termos do art. 140, da Lei nº 14.133/21.

## **24. EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO.**

### **24.1. Prazo de execução:**

**24.1.1.** O prazo de execução será de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data da ordem de serviço, e está contemplado no prazo contratual.

**24.1.1.1.** O prazo de execução observará o cronograma físico e financeiro integrante ao Projeto Básico.

**24.1.2.** O prazo para expedição da Ordem de Início será em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato.

**24.1.2.1.** A expedição da Ordem de Serviço somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato resumido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e a entrega do Termo de Garantia de Cumprimento do Contrato, conforme o art. 94 da Lei 14.133/21.

**24.2.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 30% (trinta por cento), a ser calculado sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e consequente extinção do contrato, com a aplicação cumulada das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/20.



## **25. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**25.1.** A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

**25.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**25.1.2.** Dar causa à inexecução total do contrato;

**25.1.3.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

**25.1.4.** Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**25.1.5.** Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**25.1.6.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**25.1.7.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**25.1.8.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**25.1.9.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**25.1.10.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**25.1.11.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**25.1.12.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

**25.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

**25.2.1.** Advertência por escrito;

**25.2.2.** Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

**25.2.3.** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do



Município de Quissamã, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

**25.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

**25.3.** A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

**25.4.** As sanções previstas nos subitens 25.2.3 e 25.2.4 implicarão no descredenciamento do fornecedor no SICAF.

**25.5.** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**25.6.** As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Secretaria de Licitações e Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

**25.7.** A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**25.8.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

## **26. GARANTIA CONTRATUAL.**

**26.1.** Fica a Contratada obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFA, com cópia à Secretaria de Licitações e Contratos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período contratual.

**26.1.1.** Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

**26.1.1.1.** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

**26.1.1.1.1.** Para apresentação de oferecimento de títulos da dívida pública, deverão ser





observadas as seguintes condições:

**26.1.1.1.2.** Devem ser emitidos sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**26.1.1.1.3.** Para fins e comprovação do seu valor atual, na forma do art. 225, §1 da Lei estadual nº 287/79, os títulos da dívida pública devem ser acompanhados das seguintes documentações:

**26.1.1.1.3.1.** Origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento contábil por meio de registros no balanço patrimonial do CONTRATADO.

**26.1.1.1.3.2.** Documento emitido por entidade ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando o valor do título atualizado monetariamente.

**26.1.1.1.3.3.** Memória de cálculo de correção atualizada ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando o valor do título atualizado monetariamente.

**26.1.1.1.4.** Serão aceitos pelo CONTRATANTE apenas e tão somente títulos passíveis de resgate incontestável sob qualquer aspecto e com prazos de resgate de no máximo 90 dias após o prazo contratual.

#### **26.1.1.2. Seguro-garantia;**

**26.1.1.2.1.** Para apresentação do seguro garantia, deverão ser observadas as seguintes condições:

**26.1.1.2.1.1.** Sem prejuízo do prazo previsto no item 26.1.7. deste contrato, a apólice permanecerá em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas;

**26.1.1.2.1.2.** A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

**26.1.1.2.1.3.** Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou adimplemento pela Administração.

**26.1.1.2.1.4.** A apólice somente será aceita se contemplar todo o objeto, observada a legislação



que rege a matéria.

**26.1.1.2.1.5.** Deverá ser apresentada Certidão de Regularidade Operacional junto a SUSEP, em nome da Seguradora que emitir a apólice.

**26.1.1.2.1.6.** A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO, em até 30(trinta) dias ante do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

**26.1.1.2.1.7.** Em se tratando de seguro-garantia, ocorrido sinistro durante a vigência a apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662 de 11 de abril de 2022.

**26.1.1.3.** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**26.1.1.3.1.** Deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios dos artigos 827 e 838 do Código Civil, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

**26.1.1.3.2.** A fiança bancária deverá ter prazo e validade correspondente ao período de vigência deste Contrato, acrescido de \_\_\_\_ dias para apuração de eventual inadimplemento do CONTRATADO, ocorrido durante a vigência contratual, e para a comunicação do inadimplemento às instituições financeiras.

**26.1.1.4.** Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**26.1.2.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial em Conta Corrente em nome da CONTRATANTE, cujo o valor será corrigido monetariamente e restituído ao CONTRATADO, na forma do item 13.1.9 deste Contrato.

**26.1.3.** A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Quissamã e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transportes, vales-refeições e verbas rescisórias, prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada e prejuízos diretos causados à contratante, decorrentes de culpa ou



dolo durante a execução do contrato;

**26.1.4.** A contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão;

**26.1.5.** No caso de renovação da contratação, a Contratada deverá renovar a garantia;

**26.1.6.** Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a Contratada reforçará a garantia, conforme o caso;

**26.1.7.** O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias;

**26.1.8.** A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, que será acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato.

**26.1.9.** A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento);

**26.1.10.** O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem anterior.

## **27. ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO.**

**27.1.** A autoridade competente para aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, na forma do artigo 71, II, Lei Federal nº 14.133/2021 e por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulará por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, devendo em ambos os casos a decisão estar devidamente fundamentada no processo.

## **28. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO.**

**28.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

**28.2.** As impugnações e solicitações de esclarecimentos deverão ser enviadas ao a



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

Comissão/Agente de Contratação através de qualquer dos seguintes meios:

**28.2.1.** Eletrônico: por meio de formulário eletrônico, disponível no Portal de Compras Públicas, no endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) ou por e-mail no endereço: [licitacaoquissama@gmail.com](mailto:licitacaoquissama@gmail.com), até três dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública; ou

**28.2.2.** Por escrito, desde que encaminhada com antecedência de até 03 (três) dias úteis da data fixada para a abertura da sessão pública, devendo protocolar a petição no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Quissamã, localizado na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã - RJ, de segunda a quinta-feira, no horário das **8hs às 11hs e 13:30 às 16hs** e sexta-feira de **8hs às 12hs**, exceto feriados.

**28.3.** As licitantes poderão obter informações e esclarecimentos sobre a licitação mediante contato telefônico, número (22) 2768-9300 – Ramal 9323.

**28.4.** Caberá a Comissão/Agente de Contratação responder às impugnações interpostas.

**28.5.** As respostas aos pedidos de esclarecimento e de impugnação serão divulgadas, concomitantemente nos endereços eletrônicos [www.quissama.rj.gov.br](http://www.quissama.rj.gov.br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), além do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observados os prazos previstos no item 28.2.1 e 28.2.2, para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.

**28.6.** Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

## **29. DISPOSIÇÕES FINAIS.**

**29.1.** Será admitida a assinatura digital nos documentos a que se referem o presente edital e seus anexos, mediante uso de certificado digital padrão ICP-Brasil.

**29.2.** Será admitida a assinatura eletrônica nos atos e documentos nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante login e senha de acesso do usuário, em sistema oficial de gestão de documentos e processos eletrônicos.



**29.3.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a Comissão/Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**29.4.** Quando a desconexão da Comissão/Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

**29.5.** A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público fundado em fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento.

**29.6.** Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do §2º, art. 18-E, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

**29.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.**

**29.8.** O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através do endereço eletrônico [www.quissama.rj.gov.br/transparencia](http://www.quissama.rj.gov.br/transparencia).

**29.9.** A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município, bem como de seu extrato no Diário Oficial da União, do Estado, do Município e em jornal diário de grande circulação local.

### **30 - Integram este Edital os seguintes anexos:**

**ANEXO I - Projeto Básico:**

**ANEXO I/I – Estudo Técnico Preliminar;**

**ANEXO II/I – Projeto Estrutura Metálica;**

**ANEXO III/I – Projeto de Arquitetura;**

**ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços**

**ANEXO III - Planilha Orçamentária;**

**ANEXO IV - Cronograma Físico-Financeiro;**

**ANEXO V - Memorial Descritivo dos Serviços;**



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

***ANEXO VI – Itens de Relevância Técnica;***

***ANEXO VII – Composição do BDI;***

***ANEXO VIII - Declaração de realização de visita técnica;***

***ANEXO IX - Declaração de não realização de visita técnica;***

***ANEXO X – Memória de Cálculo;***

***ANEXO XI - Minuta de Contrato.***

### **31. FORO**

**31.1** - Para fins de dirimir controvérsias deste certame elege-se o foro competente da Comarca de Carapebus/Quissamã, excluído qualquer outro.

Quissamã, 13 de novembro de 2024

**Antônio Carlos do Espiro Santo**  
**Responsável pela Assinatura de Minutas e Editais**



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2024**

### **ANEXO I**

#### **Projeto Básico**

##### **1 – OBJETO:**

1.1- Contratação de empresa especializada em Construção Civil para realizar os serviços de **Reforma da Quadra de Esportes anexa à Escola Municipal Delfica de Carvalho Wagner, situada na localidade de Barra do Furado**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Projeto Básico e em consonância ao disposto no Edital, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

1.2- Os serviços que se pretende contratar são denominados serviços comum de engenharia.

1.3- O prazo de vigência da contratação é de 270 (duzentos e setenta) dias, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e aceito pela fiscalização, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

1.3.1. A contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no art. 183 da Lei nº 14.133/2021.

1.3.2. Os atos só terão eficácia após publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do art. 94 da Lei 14.133 de 2021.

1.4. Entende-se aqui por obra toda construção, reforma, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos. Atividade esta, que necessita da participação e acompanhamento de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e na Lei Federal nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

##### **2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO :**

2.1- A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do presente Projeto Básico e instrui o presente processo, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal 3841/2024, e legislação correlata.

2.2- Com a reforma geral da quadra de esportes, os alunos da escola poderão realizar suas atividades físicas com maior segurança, além da possibilidade de se promover eventos escolares no espaço físico da quadra, uma vez que, hoje encontra-se com sérios problemas na sua estrutura, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar anexo, sendo necessário



intervenção nas estruturas metálicas, com substituição parcial da estrutura e das telhas, reparos nas instalações elétricas, pinturas e substituição da tela do alambrado, entre outros serviços descritos na planilha orçamentária.

Em resposta à solicitação da Secretaria Municipal de Educação através do Memo nº 403/2024.

O presente Projeto Básico foi fundamentado a partir de Laudo Técnico de Avaliação e da realização de ETP (Estudo Técnico Preliminar), estudo este que apontou como melhor solução a contratação de empresa de engenharia para realização dos serviços, visto que a Prefeitura Municipal de Quissamã não possui em seu quadro de funcionários pessoal habilitado para execução dos serviços.

2.3- A contratação será por meio de licitação na modalidade Concorrência, na forma eletrônica, nos termos do arts 6º, XXXVIII C/C 29 par. Único, em modo de disputa aberto .

2.4. O tipo de licitação é o menor preço

2.5. O tipo de execução será empreitada por preço unitário.

2.6. Para fins de avaliação de qualificação técnica as interessadas deverão demonstrar a comprovação da **Parcela de Maior Relevância**, onde a licitante deverá demonstrar capacidade técnica operacional/técnico-profissional para execução de quantidades mínimas de:

- Estrutura Metálica para Construção de Galpão em arco em 2 águas – 107,34 m2
- Cobertura em telhas trapezoidais de Galvalume – 107,34 m2
- Pintura com tinta Epoxidica de acabamento sobre perfil metálico – 772,40 m2

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e nos documentos descritivos que compõe o presente Projeto Básico.

### 4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1- Sustentabilidade.

4.1.1- A contratação deverá observar as normas de ambientais vigentes.

4.1.2- É responsabilidade da Administração Municipal o licenciamento ambiental, devendo fornecer, a manifestação ou licença prévia do empreendimento/ atividade.

4.1.3- A contratação deverá considerar a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas.





4.1.4- A contratação deverá considerar a mitigação dos impactos ambientais por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental.

4.1.5- A contratação deverá considerar a utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.

#### **4.2- Subcontratação**

4.2.1- Não será admitida subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.

#### **4.3- Garantia da contratação**

4.3.1- Fica a Contratada obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda – SEFAZ, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período contratual mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.3.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Município de Quissamã.

4.3.3. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Quissamã e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transportes, vales-refeições e verbas rescisórias, prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada e prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;



4.3.4. A contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão;

4.3.5. No caso de renovação da contratação, a Contratada deverá renovar a garantia;

4.3.6. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a Contratada reforçará a garantia, conforme o caso;

4.3.7. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias;

4.3.8. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização;

4.3.9. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento);

4.3.10. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem anterior.

#### **4.4. Vistoria**

4.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.4.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.4. O dia e horário da vistoria deverá ser agendado com a Secretaria Municipal Obras, através do Tel. (22) 27689300, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, com o Engenheiro Leonardo Sampaio de Siqueira.

4.4.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.4.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais



da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Prazo de execução**

5.1.1. O prazo de execução será de **150 (cento e cinquenta) dias**, a contar da data da ordem de serviço, e está contemplado no prazo contratual.

5.1.1.1. O prazo de execução observará o cronograma físico e financeiro integrante ao Projeto Básico.

5.1.2. O prazo para expedição da Ordem de Início será em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato.

5.1.2.1. A expedição da Ordem de Serviço somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato resumido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e a entrega do Termo de Garantia de Cumprimento do Contrato, conforme o art. 94 da Lei 14.133/21.

5.1.3. O prazo de recebimento provisório e definitivo será de até 90 (noventa) dias, e está contido no prazo de vigência do contrato.

### **5.2. Local e horário da prestação dos serviços**

5.2.1. Os serviços serão prestados na Rua Delfica de Carvalho Wagner, S/N, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 08:00hs às 17:00hs, sendo acompanhados pelos servidores responsáveis pela fiscalização da contratação

### **5.3. Materiais a serem disponibilizados**

5.3.1. O detalhamento dos materiais a serem utilizados na execução dos serviços encontra-se relacionado no Memorial Descritivo em Anexo deste Projeto Básico.

5.3.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.3.2. Todos os materiais necessários à execução dos serviços deverão obedecer às normas, especificações, métodos de ensaio e padronização da contratante, e demais normas pertinentes à ABNT.

### **5.4. Máquinas, Equipamentos e Veículos**

5.4.1. Todas as máquinas, equipamentos e veículos deverão ser apresentados sempre em perfeitas condições operacionais e para tais serão previamente vistoriados e aprovados pela Comissão de Fiscalização.



## 5.5. Canteiro

5.5.1. A contratada deverá prever a instalação de canteiro de obras/serviços para a execução do contrato e manter até o final das atividades, conforme apresentado no Projeto Básico.

5.5.2. A contratada deverá prever escritórios, sanitários, vestiários, depósitos, almoxarifado, áreas de estocagem e todas as demais dependências, no devido dimensionamento e conveniência em relação ao volume da obra/serviços.

5.5.3. Será procedida periódica remoção de todo o entulho e detritos que venham a acumular no terreno, no decorrer da obra.

5.5.4. Todas as instalações do canteiro, inclusive da própria obra, deverão ser conservadas limpas e em perfeito funcionamento, durante todo o prazo contratual de execução dos trabalhos. Para tanto, deverá ser mantida uma equipe fixa de limpeza e manutenção do canteiro.

5.5.5. A contratada deverá manter no canteiro de obras o livro Diário de Obras para anotação diária de todos os dados e fatos importantes ocorridos durante a execução da obra, devendo ser assinado diariamente pelo Engenheiro responsável e pelos Fiscais do Contrato.

## 5.6. Mão de Obra

5.6.1. O pessoal de mão de obra deverá se apresentar uniformizado conforme modelo a ser fornecido pela contratante, e com todos os equipamentos necessários a sua profissão.

5.6.2. As despesas com o fornecimento de alimentação e transporte para mão de obra alocada, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

5.6.3. Deverão ser fornecidos equipamentos de proteção individual (EPI) para cada operário, obedecidas às normas de segurança aplicáveis, compatíveis à necessidade de cada tipo de serviço realizado, tais como: luvas de raspa de couro e/ou borracha, botinas de couro, botas de borracha, protetores facial e auricular, capa de chuva, etc., assim como o fornecimento de assessorios de sinalização preventiva, para cada equipe designada a trabalhar na rua.

5.6.4. Deverão ser fornecidas ferramentas necessárias à realização de cada tipo de serviço para cada operário que irá realizá-lo.

## 5.7- Sustentabilidade ambiental

5.7.1. A CONTRATADA deverá observar as disposições contidas na NOP-035 INEA, no que se refere à emissão de Manifesto de Resíduos, a ser apresentado juntamente com a Nota Fiscal, além do correto manejo e destinação dos **resíduos da construção civil ( RCC )** em locais legalizados pelos órgãos competentes, conforme Resolução CONAMA nº 307/2002 e pela



Lei Federal 12.305/2010

## **5.8- Segurança do trabalhador**

5.8.1. Serão obedecidas todas as recomendações e normas relativas a Segurança do Trabalho no que se refere aos equipamentos de proteção individual "EPI" e coletiva.

## **5.9. Acessibilidade**

5.9.1. Integra o presente instrumento, onde couberem, as normas, especificações e métodos brasileiros aprovados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, incluindo-se as normas de acessibilidade, aplicando-se a todos os serviços e materiais ora contratados.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação dos Fiscais do Contrato, que dará informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **6.6. Preposto**

6.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto.



6.6.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **6.7. Gestão e Fiscalização Contratual**

6.7.1. Será designado como Gestor do contrato o Sr. Fernando Marcelo de Souza – Matrícula 7724,, e a ele caberá o acompanhamento da execução da contratação, inclusive suas prorrogações e aditamentos, quando for o caso, objetivando a verificação e controle de valores e quantitativos, cumprimento de metas e dos prazos legais e convencionais, bem como de outros elementos necessários à boa execução da contratação.

6.7.2. Será designado como Fiscais os Sr. Marcelo Ferreira de Vasconcelos - Matr. 7883 e Sra. Tatiana Pessanha Cândido – Matr. 2146 e por Engenheiro a ser indicado pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Urbanismo, ficando responsáveis pelo recebimento, devendo acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas e/ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **7.1. Medições**

7.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.1.2. As medições serão realizadas em conformidade com a apropriação dos serviços, obedecendo aos quantitativos das obras e serviços realmente executados pela contratada, e deverão ser pagas pelo preço unitário contratado pelo MUNICÍPIO com o mesmo desconto global ofertado pela Licitante.

7.1.3. A cada alteração contratual necessária, por acréscimo ou supressões do objeto, observados os limites legais, bem como prazos, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse do Município de Quissamã.

7.1.4. As quantidades eventualmente acrescidas por termos aditivos deverão ser pagas pelo custo unitário estimado pelo contratante com o mesmo desconto ou acréscimo global ofertado pela contratada no curso da licitação.

7.1.5. As medições serão feitas independentemente de solicitação da contratada. A primeira será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subsequentes, a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior e deverão ser acompanhadas de memória de cálculo de



quantidades, com indicação dos locais de aplicação dos serviços medidos, nos termos do art. 92, §5º da Lei 14.133/21.

7.1.6. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

## **7.2. Do Recebimento**

7.2.1. Executado o objeto do contrato, a sua atestação se fará por aceite pelos responsáveis pela fiscalização, em cada fatura.

7.2.2. Executado o serviço, e estando o mesmo em condições de ser recebido, a contratada deverá comunicar à Fiscalização, por escrito e dentro do prazo de 10 (dez) dias, a fim de que seja realizada Vistoria para fins de Recebimento Provisório.

7.2.3. A emissão da comunicação estabelecida no subitem 7.2.2. fora do prazo estabelecido caracterizará atraso, sujeitando a Contratada às penalidades cabíveis.

7.2.4. Constatada a condição de conclusão do objeto por meio da Vistoria, em até 15 (quinze) dias, contados a partir do término do serviço, a Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Provisório (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133), o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes.

7.2.5. Em caso de constatação local da não finalização dos serviços e da existência de parcelas ainda não executadas/fornecidas, não será reconhecido efeito à comunicação estabelecida no subitem 7.2.2., o que implicará não emissão do Termo de Recebimento Provisório e na caracterização de atraso, caso ultrapassado o prazo contratual.

7.2.6. Caso a fiscalização, durante a Vistoria para o Recebimento Provisório, constatar algum defeito ou incorreção no serviço prestado, fará constar, junto ao Termo de Recebimento Provisório, lista de pendências concedendo-se o prazo compatível, de até 30 (trinta) dias, da data da emissão do Termo, para a Contratada, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em partes, o objeto do Contrato, com vistas ao atendimento das exigências efetuidas.

7.2.7. Sanadas as pendências, após nova comunicação escrita da Contratada, será efetuada Vistoria Final e, verificada a perfeita adequação do serviço aos termos do Projeto Básico, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 (dez) dias, da comunicação da Contratada.

7.2.8. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da





recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pelas substituições necessárias.

### **7.3. Liquidação**

7.3.1. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com os quantitativos de obras e serviços realmente executados pela contratada.

7.3.2. Os itens de Administração local, quando existente na planilha orçamentária, será pago conforme percentual de execução de obra.

7.3.3. Os pagamentos serão efetuados pela Administração Municipal em moeda corrente nacional, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS.

7.3.4. O pagamento somente será liberado após a regular liquidação da despesa, respectivamente, e mediante a apresentação, pela contratada, dos seguintes documentos que deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade, quando for o caso:

7.3.4.1. Respektivas medições, faturas e notas fiscais;

7.3.4.2. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, para com o INSS (CND), na forma exigida pela Constituição Federal em seu artigo 195 § 3º;

7.3.4.3. Certificado de regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;

7.3.4.4. Certidão de regularidade do ICMS;

7.3.4.5. Certidão de regularidade do ISS;

7.3.4.6. Relação de funcionários que estejam trabalhando em prol da contratada;

7.3.4.7. Comprovante de pagamentos dos funcionários da relação do item anterior;

7.3.4.8. Comprovante de pagamento do INSS (GPS) dos funcionários, referente o mês anterior trabalhado;

7.3.4.9. Comprovante de pagamento do FGTS (GFIP) dos funcionários, referente o mês anterior trabalhado;

7.3.4.10. Manifesto de Resíduos, nos termos da NOP-035 INEA.

7.3.4.11. Cópia do recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica –





ART, emitida pelo CREA e/ou CAU (apresentado nas medições, ou quando houver alteração do profissional responsável).

7.3.5. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3.6. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

7.3.7. A Contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a Contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

## **8 – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

8.1- Os serviços a serem executados são considerados serviços comuns de engenharia, e estão constantes na respectiva planilha orçamentária.

8.1.1- É parte integrante deste projeto básico:

- Planilha Orçamentária;
- Memória de Cálculo;
- Cronograma Físico-financeiro;
- Cronograma de Desembolso;
- ETP ( Estudo Técnico Preliminar);
- Memorial Descritivo dos Serviços;
- Composição do BDI;
- Projeto de Estrutura Metálica;
- Projeto de Arquitetura;

8.2- Exigências de Habilitação e Qualificação Técnica



8.2.1 Comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, com prazo de validade na data da abertura da sessão pública, através de:

8.1.2.2 Certidão do registro e regularidade da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da jurisdição da sede da licitante, na forma da Lei, que comprove a sua capacidade para execução de obras da natureza do objeto licitado, com indicação inclusive dos seus responsáveis técnicos registrados. A empresa que não for sediada no Estado do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, for registrada no CREA ou CAU de outra jurisdição, deverá apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA/RJ ou CAU/RJ

8.1.2.3 Prova de disponibilidade de que a licitante possui Engenheiro Civil ou Arquiteto, devidamente habilitado perante a entidade profissional competente, relativo à sede ou domicílio da licitante - CREA ou CAU, através da apresentação de certidão de registro profissional expedido pelo órgão. O engenheiro civil ou arquiteto inscrito em outra jurisdição que não seja no Estado do Rio de Janeiro, deverá obrigatoriamente apresentar, visto junto ao CREA/RJ ou CAU/RJ.

8.1.2.4 Comprovação de que o profissional mencionado no item 18.1.2.3 é detentor de atestado de responsabilidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico, que deverá conter, no mínimo, o nome do profissional, a localização e a identificação da obra ou serviço executado, que demonstre que o mesmo possui experiência comprovada na execução dos serviços relacionados ao objeto deste Edital (Vide item 2.6). Os atestados quando de sub-empreitada só serão admitidos acompanhados da autorização da contratante.

8.1.2.5 A Comprovação de que o profissional mencionado no item anterior pertence aos quadros da licitante dar-se-á mediante a apresentação de Contrato Social, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Ficha de Registro, contrato de prestação de serviços ou Termo de Compromisso assinado pelo profissional onde se compromete a compor o quadro da empresa licitante caso venha a ser contratada.

## **9.2 – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

9.2.1- Fornecer todo equipamento e ferramentas necessários à execução dos serviços.

9.2.2- Contratar mão de obra idônea, que tenha comportamento compatível com o ambiente de trabalho, mantendo bons hábitos de conduta;

9.2.3- Contratar mão de obra suficiente, impondo ritmo e produtividade adequada ao objetivo pretendido;

9.2.4- Obter e empregar somente materiais de primeira qualidade;



9.2.5- Atender a todas as normas de Engenharia Civil reguladas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), vigentes à época da execução, sendo algumas dignas de nota com o objetivo de assegurar a qualidade e segurança da execução, tais como: NR6 (Equipamentos de Proteção Individual, NR9 (Programas de Prevenção de Riscos Ambientais), NR10 (Instalações e Serviços em Eletricidade), NR11 (Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais), NR12 (Máquinas e Equipamentos), NR18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), NR28 (Fiscalização e penalidades), NR35 (Trabalho em Altura) e ABNT NBR 10152 (Acústica);

9.2.6- Respeitar, rigorosamente, no que se refere a todos os seus empregados, a legislação vigente sobre tributos, direitos trabalhistas, previdência social, acidentes de trabalho e demais contribuições;

9.2.7- Fornecer e obrigar os trabalhadores envolvidos na prestação do serviço a usar equipamentos de proteção individual e coletivos de segurança, de acordo com o previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho e Emprego e nos demais dispositivos de segurança.

9.2.8- É obrigação da contratada arcar com as seguintes despesas para execução dos serviços, sem ônus adicionais ao contratante:

a) Deslocamento;

b) Estadia;

c) Alimentação;

d) Materiais e acessórios inerentes à manutenção (óleos lubrificantes, graxas, vaselinas, fita isolante, insumos de limpeza, etc).

9.2.9- A Contratada deverá definir as ocupações necessárias e dimensionar suas equipes de trabalho de acordo com a complexidade, o volume de serviços e o prazo da Ordem de Serviço a ser executada.

9.2.10- Caso ocorram prejuízos pela ação ou imperícia da Contratada, a mesma será responsável pela recuperação ao estado original. É importante destacar o cuidado aos demais elementos existentes no entorno da área de intervenção objeto deste projeto básico, sendo obrigação da Contratada relatar, antes do início dos serviços, a existência de anomalias e afins.

## **10 - ORÇAMENTO / CUSTO DA OBRA:**

10.01 – Planilha de Custos para os serviços:



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

Segue em anexo.

10.02 – De acordo com a Tabela EMOP-RJ e SINAPI do mês de FEVEREIRO de 2024, os custos de execução dos serviços serão de **R\$ 418.428,75 (Quatrocentos e dezoito mil, quatrocentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos)**,

10.03-O critério pelo qual correrão as despesas, está discriminado abaixo:

Funcional Programática	Natureza	Fonte	Ficha
33.001.001.12.365.0082.2099	3390.39	157301	1880

## 11 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1- Os preços que vierem a ser pactuados por decorrência deste objeto **serão irreajustáveis** por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, após o que, serão reajustados somente em suas parcelas remanescentes, obedecendo à variação do índice INCC correspondentes às famílias constantes da planilha orçamentária



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2024**

### **ANEXO II/ ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**

#### **• – DESCRIÇÃO DO OBJETO**

1.1- O presente estudo tem por finalidade levantar a viabilidade para a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de engenharia e arquitetura para EXECUÇÃO DE REFORMA DA QUADRA DE ESPORTES ANEXA À ESCOLA DÉLFICA DE CARVALHO VAGNER, na localidade de Barra do Furado.

#### **• – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1- O imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal de Quissamã, vem sofrendo com a ação dos ventos, chuvas fortes e maresia, necessita de intervenção em sua estrutura metálica para que possa atender segura e satisfatoriamente as suas necessidades ao uso.

2.2- Detectamos como prioritária a execução de obras de reparo com substituição de elementos na estrutura metálica da cobertura da quadra que está com risco de colapsar, e necessária nos reparos das telas do alambrado, reforma das instalações elétricas e hidrosanitárias, execução de emboço e pintura nas alvenarias do vestiário e mureta, sistemas de drenagem pluvial e pintura em geral.

2.3- As fotos abaixo demonstram o estado atual de como se encontra a Quadra:



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_



Parte da tesoura metálica na face sul deteriorada em ponto de colapso.







República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

Tela do alambrado e elementos de sustentação necessitando reparos



Quadro de disjuntores e aterramento necessitando reparos





República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

Esquadrias com vidros quebrados necessário sua substituição, estrutura das tesouras corroídas pela maresia e com elementos faltantes.







Calhas e elementos de descida necessitando reparos e substituição, estrutura metálica apresentando pontos de ferrugem sendo necessário lixamento, fundo de proteção e pintura de acabamento

• – **JUSTIFICATIVA DOS SERVIÇOS E DO TIPO DE LICITAÇÃO ESCOLHIDA**

1. - Justifica-se a presente solicitação devido à necessidade de contratação de terceiros para prestar serviços ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA REFORMA DA QUADRA DE ESPORTES ANEXA À ESCOLA DÉLFICA DE CARVALHO VAGNER, tem sua contratação justificada pelo motivo do qual a Prefeitura Municipal de Quissamã não possui em seu quadro de servidores técnicos (engenheiros e arquitetos e outros profissionais de outras áreas) suficientes para a demanda dos serviços a serem realizados.

2. – Os trâmites da contratação deverão seguir as normas vigentes no que se refere à modalidade de contratação, a ser definido pela Secretaria Municipal de Licitação.

• – **ESTIMATIVA DA QUANTIDADE E DO VALOR**

1. - Os quantitativos e especificações a serem contratados constam na Planilha de Serviços e memorial descritivo, objetos do Processo Administrativo nº 5430/2024

2. - Estima-se a prestação de serviços um valor de R\$ **R\$ 418.428,75 (Quatrocentos e dezoito mil, quatrocentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos)**, conforme apresentado na planilha orçamentária.

3. - Nos custos também deverão ser previstos os transportes para deslocamento de pessoal/materiais/equipamentos até o local de execução dos serviços.

4.4- O critério pelo qual correrão as despesas, está discriminado abaixo:

Funcional Programática	Natureza	Fonte	Ficha
33.001.001.12.365.0082.2099	3390.39	157301	1880

• – **ANÁLISE DE DEMANDA, DE CONSUMOS ANTERIORES E PERSPECTIVA FUTURA**



1. - Analisando as contratações anteriores, pela especificidade dos serviços não podemos comparar com processos administrativos similares para a referida contratação, portanto, não temos como nos basear se os quantitativos e valores podem ser comparados, além disso, os preços estão baseados na tabela EMOP e SINAPI.

**• – INFORMAÇÕES DE PREÇOS DE MERCADO PESQUISADOS, NO MÍNIMO, EM TRÊS FONTES, SALVO LIMITAÇÃO DE MERCADO DEVIDAMENTE JUSTIFICADA**

1. - Conforme os serviços de engenharia solicitados ser apresentados pelo setor de engenharia com os devidos documentos (planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo, etc), entendemos ser suficientes para a informação de preço de mercado, vez que a tabela EMOP e SINAPI são usualmente usada para esse tipo de contratações.

**• – REQUISITOS A SEREM ATENDIDOS PELO FUTURO CONTRATADO**

1. - Fornecer o objeto deste estudo, de acordo com o Termo de Referência, após autorização específica da Secretaria Municipal de Educação, nos termos estabelecidos e no local e endereço determinados pela contratante.

2. - Providenciar a imediata substituição dos serviços/produtos prestados/entregues fora das especificações contidas no Termo de Referência, do padrão de qualidade exigido e aprovado ou com problemas de fabricação.

3. - É de competência exclusiva da CONTRATADA recrutar e fornecer toda a mão de obra, direta e indireta, necessária à execução dos serviços, inclusive, encarregados e pessoal de apoio operacional e administrativo, sendo, para todos os efeitos considerada como única empregadora.

4. - A CONTRATADA deverá cumprir integralmente as “Normas de Segurança e Saúde do Trabalhador para Prestação dos Serviços”.

5. - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto nas Normas Regulamentadoras da



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e as Normas/Instruções sobre Medicina e Segurança do Trabalho.

6. - A CONTRATADA deverá manter infraestrutura necessária e adequada para a equipe de funcionários em conformidade com a legislação pertinente.

7. - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Secretaria Municipal de Educação..

**• — DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, ou seja, de empresa de engenharia para execução da obra de reforma da Quadra de Esportes Anexa à Escola Municipal Delfica de Carvalho Vagner, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2024**

**ANEXO II/I**

**PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA**



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2024**

**ANEXO III/I**

**PROJETO DE ARQUITETURA**



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2024**

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

A empresa abaixo se propõe a fornecer o objeto deste edital, conforme discriminado no Projeto Básico – ANEXO I, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa Proponente: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

(\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_-

**1. PREÇO TOTAL OFERTADO:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa para realizar os serviços de <b>Reforma da Quadra de Esportes anexa à Escola Municipal Delfica de Carvalho Vagner, situada na localidade de Barra do Furado.</b>	SERV.	01	<b>R\$ 418.428,75</b>

1.1. O preço total ofertado é R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_).

1.2. O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital da Concorrência Eletrônica n.º 00/2024. 1.3. Declaro, ainda, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega, nos termos do artigo 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4. Esta proposta está de acordo com todas as demais condições exigidas no Termo de Referência e seus anexos.

1.5. PRAZO DE ENTREGA

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

**2.1. O prazo de validade desta proposta comercial é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega a Comissão/Agente de Contratação.**

### **3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**3.1. Esta proposta está de acordo com todas as demais condições exigidas no Termo de Referência e seus anexos.**

### **4. DADOS BANCÁRIOS:**

**BANCO:**

**CONTA CORRENTE:**

**AGÊNCIA:**

**Local e data Nome da empresa licitante Responsável legal assinar e carimbar**



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2024**

**ANEXO III**  
**PLANILHA DE ORÇAMENTÁRIA**





República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2024**

**ANEXO IV**  
**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 009/2024

### ANEXO V MEMORIAL DESCRITIVO DOS SERVIÇOS

#### REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA DE BARRA DO FURADO

##### **- SERVIÇOS INICIAIS:**

###### **- Placa de Obra:**

*Caberá à firma executora a fixação de placa de obra (com dizeres e pintura a serem fornecidos pela fiscalização), em chapa de aço ou impressão em lona.*

###### **- Instalações Provisórias:**

*Todo o perímetro da obra deverá ser fechado por tapumes por chapas de madeira compensada de 6 mm de espessura, deixando portão de acesso à entrada de materiais e de pessoal.*

*Deverá ser construído um depósito em chapas de madeira compensada, piso de cimentado e telhas de fibrocimento, para guarda de materiais.*

*Deverá ser construído um banheiro/vestiário em chapas de madeira compensada, piso de cimentado e telhas de fibrocimento, para atender aos trabalhadores da obra.*

*Caberá a Contratada o poder de Vigia de todo o espaço da obra, com Vigia Noturno*

##### **- ELEMENTOS DE VEDAÇÃO:**

*A execução dos serviços de fechamento de áreas será de conformidade com o projeto e obedecendo às Normas da ABNT. Atenção especial deverá ser dada ao acabamento e padronização dos materiais e serviços, bem como às prioridades na execução.*

*Deve-se começar a execução das paredes pelos cantos, se assentado os blocos em amarração. Durante toda a execução, o nível e o prumo de cada fiada devem ser verificados. Os blocos devem ser assentados com argamassa de cimento, areia e revestidas conforme especificações do projeto de arquitetura.*

*O encontro da alvenaria com as vigas superiores (encunhamento) deve ser feito com tijolos cerâmicos maciços, levemente inclinados (conforme figura abaixo), somente uma semana após a execução da alvenaria.*

*As vergas serão de concreto, com dimensões aproximadas 0,10m x 0,10m (altura e espessura), e comprimento variável, embutidas na alvenaria.*



*Estes elementos deverão ser embutidos na alvenaria, apresentando comprimento de 0,30m mais longo em relação aos dois lados de cada vão. Caso, por exemplo, a janela possua 1,20m de largura, a verga e contra-verga terão comprimento de 1,80m.*

**- ESQUADRIAS E FERRAGENS:**

*As esquadrias (janelas) serão de alumínio na cor natural, fixadas na alvenaria, em vãos requadrados e nivelados com contramarco. Os vidros deverão ter espessura mínima 6 mm*

*Os perfis em alumínio natural variam de 3 a 5cm, de acordo com o fabricante. - Vidros liso comum incolor e miniboreal incolor com 6 mm de espessura.*

*A colocação das peças deve garantir perfeito nivelamento, prumo e fixação, verificando se as alavancas ficam suficientemente afastadas das paredes para a ampla liberdade dos movimentos. Observar também os seguintes pontos: Para o chumbamento do contramarco, toda a superfície do perfil deve ser preenchida com argamassa de areia e cimento (traço em volume 3:1). Utilizar réguas de alumínio ou gabarito, amarrados nos perfis do contramarco, reforçando a peça para a execução do chumbamento. No momento da instalação do caixilho propriamente dito, deve haver vedação com mastique nos cantos inferiores, para impedir infiltração nestes pontos*

**PORTAS DE MADEIRA:**

*Deverá ser utilizada madeira de lei, sem nós ou fendas, não ardida, isenta de carunchos ou brocas. A madeira deve estar bem seca. As folhas de porta deverão ser executadas em madeira compensada de 35 mm, com enchimento sarrafeado, semi-ôca, revestidas com compensado de 3 mm em ambas as faces. Os marcos e alisares (largura 8cm) deverão ser fixados por intermédio de parafusos, sendo no mínimo 8 parafusos por marco.*

*As ferragens deverão ser de latão ou em liga de: alumínio, cobre, magnésio e zinco, com partes de aço. O acabamento deverá ser cromado. As dobradiças devem suportar com folga o peso das portas e o regime de trabalho que venham a ser submetidas. Os cilindros das fechaduras deverão ser do tipo monobloco. Para as portas externas, para obtenção de mais segurança, deverão ser utilizados cilindros reforçados. As portas internas poderão utilizar cilindros comuns. Nas portas indicadas em projeto, onde se atende a NBR 9050, serão colocados puxadores especiais, nos dois lados (interno e externo) de cada porta.*

**- COBERTURA:**



*Deverá ser executado inicialmente a estabilização da estrutura metálica, através de escoras, andaimes ou guincho, antes de ser feita qualquer intervenção da estrutura.*

*Uma vez estabilizada, promover a remoção da parte da estrutura danificada, utilizando meios de corte a fogo ou através de corte mecanizado.*

*São utilizadas estruturas metálicas compostas por treliças, terças metálicas e posteriormente das telhas metálicas leves, sabendo que esta deverá levar em consideração as agressões causadas pela maresia do local.*

*Caberá ao fabricante da estrutura metálica a verificação da suficiência da secção útil de peças tracionadas ou fletidas providas de conexão parafusadas ou de furos para qualquer outra finalidade.*

*Quando for necessária solda de topo, esta deverá ser de penetração total. Todas as soldas de importância deverão ser feitas na oficina, não sendo admitida solda no campo. As superfícies das peças a serem soldadas deverão se apresentar limpas isenta de óleo, graxa, rebarbas, escamas de laminação e ferrugem imediatamente antes da execução das soldas.*

*Deverão ser tomadas precauções adequadas para evitar amassamento, distorções e deformações das peças causadas por manuseio impróprio durante o embarque e armazenamento da estrutura metálica.*

*Para tanto, as partes da estrutura metálica deverão ser providas de contraventamentos provisórios para o transporte e armazenamento*

*As partes estruturais que sofrerem danos deverão ser reparadas antes da montagem, de acordo com a solicitação do responsável pela fiscalização da obra.*

*Toda a superfície a ser pintada deverá estar completamente limpa, isenta de gorduras, umidade, ferrugem, incrustações, produtos químicos diversos, pingos de solda, carepa de laminação, furos, etc*

*A preparação da superfície constará basicamente de jateamento abrasivo, de acordo com as melhores Normas Técnicas e obedecendo as seguintes Notas Gerais:*

*Depois da preparação adequada da superfície deverá ser aplicado 2 demãos de primer epóxi de 40 micras cada demão e posteriormente 2 demãos de esmalte alquídico também com 40 micras de espessura em cada demão.*

*Deverão ser respeitados os intervalos entre as demãos conforme a especificação dos fabricantes*

*Todos os serviços executados estão sujeitos à inspeção e aceitação por parte da*  
**FISCALIZAÇÃO**



#### **- REVESTIMENTOS:**

*Para proceder o pré-tratamento das paredes novas, deverá ser aplicada uma camada irregular de argamassa de cimento e areia grossa 1: 3 em volume, denominada chapisco. As superfícies que receberão o chapisco deverão ser convenientemente limpas e molhadas.*

*A execução da pavimentação com ladrilhos cerâmicos será iniciada após a conclusão dos revestimentos de paredes, revestimentos de tetos e fixação de caixilhos. Antes do início da execução da pavimentação de ladrilhos cerâmicos, será verificado se a quantidade de material existente na obra é suficiente para concluir o trabalho, recomendando-se uma margem de sobra de 5 a 10% para imprevistos ou futuros reparos. O assentamento dos ladrilhos só deverá ocorrer após a cura do contrapiso (28 dias após a execução da base ou 7 dias após o contrapiso).*

*A argamassa para o assentamento de ladrilhos cerâmicos antiderrapantes não poderá conter cal, pois a umidade do solo acarreta, nessa hipótese, o aparecimento de manchas brancas na superfície das peças.*

*Ao executar o assentamento dos ladrilhos cerâmicos, serão mantidos espaçamentos ou juntas entre eles, o que terá por finalidade atender aos seguintes requisitos:*

- compensar a variação de bitola entre os ladrilhos;*
- atender a aspectos estéticos;*
- proporcionar à pavimentação poder de acomodação às movimentações da base;*
- facilitar o perfeito preenchimento, garantindo a higiene do ambiente.*

*O rejuntamento dos ladrilhos cerâmicos será iniciado no mínimo após 3 dias de seu assentamento, fazendo-se uso de pranchas largas, de madeira, para transitar sobre o piso. O material de rejuntamento será aplicado em excesso, com o auxílio de desempenadeira emborrachada ou rodo de borracha, preenchendo completamente as juntas.*

*A pavimentação de ladrilhos cerâmicos só poderá receber o trânsito de pessoas após transcorridos 7 dias do rejuntamento.*

*O piso será revestido em cerâmica 40cmx40cm branco gelo PEI-05, assentada com argamassa industrial adequada para o assentamento de cerâmica e espaçadores plásticos em cruz de dimensão indicada pelo modelo referência. Será utilizado rejuntamento epóxi cinza platina com dimensão indicada pelo modelo referência.*

*Revestimento em cerâmica 10X10 cm para as paredes externas dos banheiros deverá obedecer as medidas conforme projeto de arquitetura.*



*As peças serão assentadas com argamassa industrial indicada para áreas externas, obedecendo rigorosamente a orientação do fabricante quanto à espessura das juntas, realizando o rejuntamento com rejunte epóxi, recomendado pelo fabricante.*

*Nas paredes internas dos banheiros serão aplicadas cerâmicas 30x40cm cor branca.*

*A fixação das bancadas de granito só poderá ser feita após a colagem das cubas (realizada pela marmoraria). Para a instalação das bancadas de granito, deve ser feito um rasgo no reboco, para o chumbamento dentro da parede. - Nas bancadas, haverá ½ parede de tijolos (espessura 10cm) para apoio das bancadas*

#### **-ALAMBRADO:**

*Alambrado metálico composto de quadros estruturais em tubo de aço galvanizado a fogo, tipo industrial, requadros para fixação da tela em barra chata galvanizada e fechamento de Tela de arame galvanizado em malha quadrangular com espaçamento de 2”.*

*Os montantes e o travamento horizontal deverão ser fixados por meio de solda elétrica em cordões corridos por toda a extensão da superfície de contato. Todos os locais onde houver ponto de solda e/ou corte, devem estar isentos de rebarbas, poeira, gordura, graxa, sabão, ferrugem ou qualquer outro contaminante. A tela deverá ser esticada, transpassada e amarrada no requadro do portão.*

*- Dimensões:*

*- Quadros estruturais em tubo de aço galvanizado - Ø=1 1/2” e Ø=2” e=2mm;*

*- Requadros para fixação da tela em barra chata galvanizada - 3/4” e=3/16”;*

*- Batedor em barra chata galvanizada - 3/4” e=3/16”*

*- Trava de fechamento em barra redonda galvanizada a fogo (Ø=1/2”)*

*- Porta-cadeado em barra chata galvanizada (1 1/4” e=3/16”);*

*-Tela de arame galvanizado (fio 10 = 3,4mm) em malha quadrangular com espaçamento de 2”.*

#### **- APARELHOS, METAIS E INSTALAÇÕES:**

*Antes de iniciar os serviços de instalação das louças, a contratada deverá submeter à aprovação da fiscalização os materiais a serem utilizados. Quanto à instalação, deverá ser garantido que nenhuma tubulação se conecte à peça de maneira forçada, visando impedir futuros rompimentos e vazamentos. Todas as louças deverão ser fixadas através de chumbação com argamassa, traço 1:3, ou com a utilização de parafusos com buchas. Em seguida, deverá ser efetuado o rejuntamento entre a peça e a superfície à qual foi fixada com a utilização de argamassa de cimento branco. Todos os aparelhos serão instalados de*



forma a permitir sua fácil limpeza e substituição.

### **INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS:**

Os hidrômetros deverão ser instalados em local adequado, a 1,50m, no máximo, da testada do imóvel e devem ficar abrigados em caixa ou nicho, de alvenaria ou concreto. O hidrômetro terá dimensões e padrões conforme dimensionamento da concessionária local de água e esgoto. A partir do hidrômetro, haverá uma tubulação de 25mm, em PVC Rígido, para abastecer o reservatório. Deve haver livre acesso do pessoal do Serviço de Águas ao local do hidrômetro de consumo.

A água da concessionária local, após passar pelo hidrômetro da edificação, abastecerá diretamente o reservatório instalado em local especificado em projeto, com capacidade para 3.000.

As caixas de inspeções deverão ser localizadas nas áreas externas dos blocos e fora das projeções dos pátios. Todos os tubos e conexões da rede de esgoto deverão ser em PVC rígido. A destinação final do sistema de esgoto sanitário deverá ser feita em rede pública de coleta de esgoto sanitário, quando não houver disponível, adotar a solução individual de destinação de esgotos sanitários. O sistema predial de esgotos sanitários consiste em um conjunto de aparelhos, tubulações, acessórios e desconectores.

Todos os trechos horizontais previstos no sistema de coleta e transporte de esgoto sanitário devem possibilitar o escoamento dos efluentes por gravidade, através de uma declividade constante. Recomendam-se as seguintes declividades mínimas:

- 1,5% para tubulações com diâmetro nominal igual ou inferior a 75mm; • 1% para tubulações com diâmetro nominal igual ou superior a 100mm.

Os coletores enterrados deverão ser assentados em fundo de vala nivelado, compactado e isento de materiais pontiagudos e cortantes que possam causar algum dano à tubulação durante a colocação e compactação. Em situações em que o fundo de vala possuir material rochoso ou irregular, aplicar uma camada de areia e compactar, de forma a garantir o nivelamento e a integridade da tubulação a ser instalada. Após instalação e verificação do caimento os tubos deverão receber camada de areia com recobrimento mínimo de 20cm .

### **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:**

No projeto de instalações elétricas foram definidos distribuição geral das luminárias, pontos de força, comandos, circuitos, chaves, proteções e equipamentos. O atendimento à edificação foi considerado em baixa tensão, conforme a tensão operada pela concessionária local em 110V.

Os circuitos que serão instalados seguirão os pontos de consumo através de eletrodutos, conduletes e caixas de passagem. Todos os materiais deverão ser de qualidade para garantir a



*facilidade de manutenção e durabilidade.*

*Todos os circuitos de tomadas serão dotados de dispositivos diferenciais residuais de alta sensibilidade para garantir a segurança. As luminárias especificadas no projeto preveem lâmpadas de baixo consumo de energia como as fluorescentes e luz mista, reatores eletrônicos de alta eficiência, alto fator de potência e baixa taxa de distorção harmônica.*

*O acionamento dos comandos das luminárias é feito por seções. Dessa forma aproveita-se melhor a iluminação natural ao longo do dia, permitindo acionar apenas as seções que se fizerem necessária, racionalizando o uso de energia.*

#### **- PINTURA:**

*Antes da execução do revestimento, deve-se deixar transcorrer tempo suficiente para o assentamento da alvenaria (aproximadamente 7 dias) e constatar se as juntas estão completamente curadas. Em tempo de chuvas, o intervalo entre o término da alvenaria e o início do revestimento deve ser maior*

*As superfícies destinadas a receber a pintura deverão apresentar acabamento liso. Cada demão de tinta será aplicada somente após a secagem completa da demão anterior com intervalo de tempo mínimo de 24 horas. Serão aplicadas demãos, conforme planilha de preços e serviços anexa. Não será permitida pintura em superfícies externas durante tempo chuvoso. Todos os elementos que não receberem pintura deverão estar bem protegidos dos respingos de tinta, os quais se ocorrerem deverão ser removidos durante a execução da pintura, para facilitar a limpeza. A pintura será com acabamento de tonalidade uniforme, sendo as cores definidas no projeto ou pela fiscalização.*

*Ressalta-se a importância de teste das tubulações hidrossanitárias, antes de iniciado qualquer serviço de revestimento. Após esses testes, recomenda-se o enchimento dos rasgos feitos durante a execução das instalações, a limpeza da alvenaria, a remoção de eventuais saliências de argamassa das juntas. As áreas a serem pintadas devem estar perfeitamente secas, a fim de evitar a formação de bolhas. O revestimento ideal deve ter três camadas: chapisco, emboço e reboco liso, antes da aplicação da massa corrida*

#### **- SEGURANÇA DO TRABALHO:**

*A empresa contratada deverá estar sempre atenta às determinações contidas nas normas brasileiras de Segurança do Trabalho, a fim de minimizar toda e qualquer possibilidade de ocorrência de acidentes no canteiro de obras. Desta forma, será de fundamental importância a observância*





República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

*destas normas pela contratada, através da disponibilização de equipamentos de proteção individual (EPI's) à sua equipe de trabalho, além de outras medidas que forem cabíveis. O não cumprimento desses expedientes pela contratada acarretará na aplicação das sanções previstas no contrato.*



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2024**

**ANEXO VI**  
**ITENS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA**

- Estrutura Metálica para Construção de Galpão em arco em 2 águas – Capacidade técnica exigida 107,34 m2
- Cobertura em telhas trapezoidais de Galvalume – Capacidade técnica exigida 107,34 m2
- Pintura com tinta Epoxidica de acabamento sobre perfil metálico – Capacidade técnica exigida 772,40 m2



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2024**

**ANEXO VII**  
**COMPOSIÇÃO DO BDI**



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2024**

**ANEXO VIII**  
**DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º: 009/2024

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ n.º \_\_\_\_\_.

[endereço da sociedade empresarial]

Em atendimento à previsão legal contida no art. 67, VI da Lei Federal n.º 14.133/2021,

\_\_\_\_\_ [nome completo do representante legal da empresa],

DECLARO que o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_ [nome completo

do profissional indicado da empresa], profissional indicado por essa empresa, realizou visita

para fins de vistoria técnica ao \_\_\_\_\_ [local ou equipamento

visitado], acompanhado do respectivo responsável, tendo tomado ciência de todas as condições

locais para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação na modalidade

Concorrência Eletrônica n.º 009/2024, as quais serão consideradas quando da elaboração da

proposta que vier a ser apresentada.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Agente Público (Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_  
Profissional indicado pela Empresa (Nome, cargo e carimbo da empresa)



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2024**

**ANEXO IX**  
**DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

OBJETO: \_\_\_\_\_

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, declara que por deliberação única e exclusiva da declarante, a mesma não participou da visita técnica disponível no referido processo licitatório, sendo de sua total responsabilidade e conhecimento as condições de realização dos serviços, não recaiando em nenhuma hipótese qualquer responsabilidade sobre o Município ou argumento futuro quanto a não visitação antecipada.

Local , \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA E CARIMBO (Nome)



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2024**  
**ANEXO X**  
**MEMÓRIA DE CÁLCULO**



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Quissamã  
Rua Conde de Araruama, nº425 – Quissamã – Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Educação

Proc. 5430/2024

FL. \_\_\_\_\_/SERV. \_\_\_\_\_

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2024**

**ANEXO XI**  
**MINUTA DE CONTRATO**